



Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

Os Cadernos de Arquitetura e Urbanismo são produzidos pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. Dedicam-se à divulgação de trabalhos técnico-científicos relacionados à área de arquitetura e urbanismo, especialmente os vinculados às atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.

Este periódico é editado anualmente desde 1993, passando à semestralidade em 2008. A partir de 2010, sua edição passa a ocorrer integralmente em processo eletrônico, segundo o sistema SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Editor

Antonio Grillo

Assistentes editoriais

Fernanda Mingote Colares Luz e Cristian Severino

Conselho Editorial Científico

Jeanne Marie Ferreira Freitas (PUC Minas - Presidente), Aurélio Muzzarelli (Università di Bologna / Itália), Brian Lawson (The University of Sheffield / Inglaterra), Carlos Antônio Leite Brandão (UFMG), Cláudia Damasceno (Université de Paris / França), Cláudio Lister Marques Bahia (PUC Minas), Heloísa Soares de Moura Costa (UFMG), Marcio Cotrim Cunha (UFPA), Paulo Ormino (UFBA), Ricardo Moretti (PUC Campinas), Silke Kapp (UFMG), Sônia Marques (UFRN).

Organização desta edição

Rita de Cássia Lucena Velloso

Qualis / CAPES

Classificação B2 (<http://qualis.capes.gov.br/webqualis>)

Indexadores

ICAP – Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>)

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (<http://www.latindex.unam.mx/>)

Periódico Cadastrado no CCN – Catálogo Coletivo Nacional sob o nº 091873-3

Projeto gráfico - miolo e capa

Antonio Grillo

Colaboração: Adílson Cruz Júnior / José Augusto Barros

Diagramação

José Augusto Barros • www.joseaugustobarros.carbonmade.com

Tiragem

700 exemplares

Endereço para correspondência

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Av. Dom José Gaspar 500 Prédio 47 • Bairro Coração Eucarístico • 30535-901 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

Tel: (0xx31) 3319 4291 • Fax: (0xx31) 3319 4501

E-mail: cadernos.arqurb@pucminas.br

Política de doações e permutas

A distribuição dos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo é feita pela Editora PUC Minas, através de venda avulsa, e pela Biblioteca da PUC Minas, através de doação e permuta. A política de permutas e doações garante a circulação deste periódico em mais de 15 países. Para solicitações de doação ou permuta favor entrar em contato com: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi / Setor de Periódicos • Av. Dom José Gaspar, 500 Prédio 26 • Bairro Coração Eucarístico • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil • Tel/Fax: (0xx31)3319 4175 • e-mail: bibpe@pucminas.br

Apoio

Edição financiada pela FAPEMIG no Edital 05/2010

Versão eletrônica / submissão de trabalhos / normas para apresentação

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquiteturaeurbanismo>



Cadernos de Arquitetura e Urbanismo

volume 17, número 21
2º semestre de 2010

ISSN 1413-2095

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-Reitora

Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria

José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor

Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitorias e Secretarias

Extensão - Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - João Francisco de Abreu; Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Carlos Barreto Ribas; Recursos Humanos - Sérgio Silveira martins; Arcos - Marcelo Leite Metzker; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Maria José Viana Marinho de Mattos; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Serró - Eustáquio Afonso Araújo; Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Colegiado

Vanessa Borges Brasileiro (Presidente), Claudio Lister Marques Bahia, Roberto Eustaáquio dos Santos.

Editora PUC Minas

Diretor: Geraldo Márcio Alves Guimarães

Coordenação editorial: Cláudia Teles de Menezes Teixeira

Assistente editorial: Maria Cristina Araújo Rabelo

Revisão: Virgínia Mata Machado, Astrid Masetti Lobo Costa

Comissão editorial: Geraldo Márcio Alves Guimarães (PUC Minas); João Francisco de Abreu (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Milton do Nascimento (PUC Minas); Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas); Regina Helena de Freitas Campos (UFMG)

Endereço para correspondência:

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Pe. Pedro Evangelista, 377 • Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

Tel: (31) 3319.9904 • Fax: (31) 3319.9907 • e-mail: editora@pucminas.br

C122 Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. – v.1, n.1 (abr. 1993-). –

Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 1993- .

v.

ISSN 1413-2095

Semestral

1. Arquitetura - Periódicos. 2. Planejamento urbano – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

CDU: 72(05)

SUMÁRIO

Apresentação	6
Rita Velloso	
A produção arquitetônica e sua relação com o poder	13
<i>Architectural design and its relation with power</i>	
Gustavo Henrique Maciel Camargo	
O associativismo cultural no Bairro Taquaril	
- município de Belo Horizonte	29
<i>The cultural associating at the Region of Taquaril - city of Belo Horizonte</i>	
Márcia Mansur Saadallah	
Naiane Loureiro dos Santos	
Rogério Sant'Anna de Souza	
A cidade, a cidadania e os direitos humanos	43
<i>The city, the citizenship ant the Human Rights</i>	
Robson Sávio	
Da favela para o conjunto: a periferia no entorno da Nova Cidade Administrativa de Minas Gerais	55
<i>From slum to the housing set: the periphery around the New Administrative City of Minas Gerais</i>	
Rejane de Oliveira Nazário	
Luciana Teixeira de Andrade	
Saúde: extensão e inserção social	73
<i>Health: extension and social inclusion</i>	
João Henrique de Sousa Santos	
Kátia Tomagnini Passaglio	
A incorporação de princípios relativos à participação democrática na elaboração dos planos diretores municipais na RMBH	81
<i>The incorporation of principles for democratic participation in the preparation of municipal master plans in RMBH</i>	
Grazielle Irailma Guimarães Lopes	
Direito à moradia: os planos diretores da RMBH aplicam o Estatuto da Cidade e a Constituição Federal de 1988?	103
<i>Right to the housing: the masters plans of the RMBH they apply of City's Statute and the Federal Constitution of 1988?</i>	
Naiane Loureiro dos Santos	
Circlaine da Cruz Santos Faria	
Marinella Machado Araújo	
Processos regionais, instrumentos urbanísticos municipais: uma abordagem sobre a chamada rede urbana do Alto Paraopeba, Minas Gerais	115
<i>Regional processes, city urban instruments: a discussion about the urban network of Alto Paraopeba, Minas Gerais</i>	
Leandro de Aguiar e Souza	
Experiência estética, arquitetura urbana	135
<i>Aesthetic experience, urban architecture</i>	
Rita de Cássia Lucena Velloso	
Normas para apresentação de trabalhos	156
<i>Norms for submission of papers</i>	

APRESENTAÇÃO

Rita de Cássia Lucena Velloso¹

1. Arquiteta, mestre e doutora em Filosofia pela UFMG, professora adjunta da PUC Minas, coordenadora do Opur/Proex PUC Minas, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles.

Planejar e gerir uma cidade envolve diretamente a vida de uma coletividade. Significa, especificamente, planejar e gerir relações sociais.

É a partir de três pontos de fuga, a saber, educação política, controle social sobre o poder público e espaços de articulação autônoma da sociedade, que o observatório de política urbana pensa a sua prática extensionista e a repercussão das iniciativas para capacitação que veicula.

Pensamos que se trata de tornar palpável a questão espacial e evidenciar sua relevância. Vimos assumindo como premissa que arranjos institucionais reguladores da relação Estado/sociedade tornam-se menos abstratos para diferentes grupos sociais quando os atores sociais envolvidos podem percebê-los também a partir da dimensão espacial de um território.

Uma parte substancial da população urbana no mundo habita hoje as metrôpoles, produzindo a cada dia novos arranjos territoriais e novas espacialidades. Uma metrópole se constitui por sua dimensão e diversidade (social, econômica e cultural), segundo uma dinâmica própria na qual indivíduos, comunidades, instituições e organizações configuram tanto uma *densidade* como uma articulação – de contatos e relações, de limites político-administrativos, mas sobretudo de lógicas da *proximidade* e da *distância*.

Nos dias de hoje as metrôpoles são – a ritmos muito distintos de caso para caso – espacialidades que contêm múltiplas centralidades, colocando em causa a eficiência de soluções de regulação e governança exclusivamente baseadas numa visão centralista, estatizante e espacialmente rígida. Por isso, tornou-se fundamental discutir democrática e ampliadamente as formas de regulação e de governança das regiões metropolitanas num novo patamar que ultrapasse definitivamente o debate sobre a eficácia e a eficiência que demarcava o planejamento funcionalista da cidade.

Nessa direção, o programa de extensão do observatório de política urbana pauta suas iniciativas de extensão na perspectiva de que a compreensão da questão espacial urbana não se separa da reflexão política. Isso implica pensar as novas formas de governabilidade que podem ser desenvolvidas nesses territórios – as espaçotemporalidades das atuais regiões metropolitanas que cada vez mais extravasam os limites geográficos das áreas administrativas como *práticas espaciais*, isto é, modos de apropriação coletiva do espaço. Trata-se, do ponto de vista da educação política, de pensar a superação da fragmentação das realidades metropolitanas:

- por meio de uma inovadora *geometria institucional* em que *novas práticas institucionais* devem dar sentido a uma também nova escala de identificação coletiva, atentas a práticas sociais existentes, tornando possível uma *consciência metropolitana* enraizada no cotidiano das pessoas;

- assumindo a meta de uma prática educativa fomentadora de novos comportamentos, que se volte à difusão de novas práticas e políticas urbanas, que discuta a colaboração, a solidariedade, as redes sociais e os espaços para a construção de consenso.

Entendendo que o espaço é algo produzido de modo indissociado da produção das relações sociais, esses *novos desenhos institucionais* ultrapassariam em muito a visão moderna (funcionalista, herdeira do urbanismo preconizado pela Carta de Atenas) que levou à constituição de áreas metropolitanas administrativas. A riqueza e a complexidade das realidades metropolitanas terão, necessariamente, de se ver naquelas práticas institucionais desenvolvidas com o propósito de dar sentido à comunidade metropolitana imaginada, reduzindo disparidades infraestruturais, níveis de injustiça social, combatendo a desigualdade socioespacial, que é também tendência de fragmentação das identidades sociais.

Ora, dada essa conjuntura, é bem-vinda a nova relação que começa a se estabelecer entre o estado e os processos de produção do espaço, pois que dará conta de compreender comportamentos e novas configurações de valores com vistas à participação ampliada de diversos tipos de atores sociais em processos de tomada de decisão, além de lidar com as centralidades móveis que se criam, com centros geradores de fluxos, e novas formas de comércio e de serviços.

Do ponto de vista da dinâmica urbana, se entendemos a democracia como gramática e organização da sociedade e da relação entre sociedade e Estado, construir consensos e colaborar interinstitucionalmente é algo transformador dos modos de apropriação e de organização física do espaço. A inovação também é requerida para a formulação de políticas urbanas metropolitanas e de seus instrumentos (estrutura administrativa, processos, políticas, acordos para o planejamento e a gestão, consensos).

Tais políticas virão consolidar uma prática que, ao final, é prática do espaço apoiada numa pedagogia para a cidadania, e, se pensamos em termos de Brasil, não deverão ter outros alvos que não a transformação social, a promoção de equidade social, a geração de trabalho e renda. O processo colaborativo refere-se precisamente aos processos de formulação das políticas, disseminando a ideia da colaboração para a concepção, a formulação e a implementação de políticas públicas inovadoras.

A cooperação certamente implica pensar redefinições no exercício do poder, uma vez que se evidencia o quanto a força da metrópole se dá por meio da negociação para alcançar padrões de desenvolvimento referidos ao âmbito local. Trata-se de formular diretrizes gerais que, principalmente, permitam organizar localmente práticas de urbanização colaborativa.

Há, no Brasil, nas cidades que integram regiões metropolitanas, um potencial para a articulação entre agir e tomar consciência que não deve ser desprezado. Cooperação e comunicação podem, também na vida urbana brasileira, definir uma singularidade produtiva de grupos humanos e desenhar, de modo continuado, novas ordenações da sociedade civil.

A cooperação, no cotidiano urbano, acaba por constituir um movimento em cujo foco está o espaço. Numa urbanização que experimente arranjos colaborativos podem acontecer modos renovados de apropriação do espaço, em torno dos quais novas liberdades são construídas. Em outras palavras, numa práxis espacial coletiva experimentada nas grandes cidades aprende-se e reaprende-se a construir comunidades, formas de expressão, de trabalho e redes sociais.

Parte essencial para a consolidação da governança democrática colaborativa, a cooperação é estratégia para conferir poder, mobilizar e favorecer a otimização do aporte de recursos da sociedade. Cooperação é tanto dinâmica social quanto condição da construção de relações mais paritárias de interação de atores e, como resultado, opera para conformar novas identidades políticas plurais.

As práticas institucionais metropolitanas colaborativas devem acolher múltiplos protagonistas, cruzar o tempo longo das soluções institucionais estáveis com o tempo curto das parcerias por projeto, conciliar intervenções centralizadas com ações ascendentes, de baixo para cima, aprofundando a democracia e reconhecendo os sujeitos coletivos enquanto agentes de transformação. Comprovadamente, nos dias de hoje, a consideração da questão sociopolítica existente por trás da participação tem contribuído para delinear boas propostas de governança: a maior parte das experiências participativas bem-sucedidas na América Latina demonstrou a capacidade de atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o nível administrativo, descortinando possibilidades de um protagonismo em políticas públicas de novo tipo e de reformas sociais.

As parcerias para a governança, celebradas entre instituições, ou entre instituições e sociedade, constroem-se do ponto de vista das competências e capacidades a mobilizar *para a autonomia*, tanto individualmente (percepção da responsabilidade individual) como em parceria (consciência das necessidades coletivas e vigor dos movimentos de organização em conjunto); mas também pelas novas fronteiras que a escala metropolitana abre ao exercício da democracia e da cidadania, buscando novas soluções e formas de governança e de regulação que dificilmente se esgotam numa resposta político-administrativa global e com uma delimitação geográfica rígida do ponto de vista do território de intervenção. Trata-se, mais uma vez, da construção do comum – de instrumentos comunitários que se consolidam e se estendem em redes, ainda que provisoriamente.

De natureza operacional e reflexiva, o conjunto dessas ações de extensão e capacitação foi concebido para disseminar conteúdos, práticas e instrumentos relativos à governança das regiões metropolitanas no Brasil, fazendo frente aos desafios que demarcam seus processos políticos, administrativos e socioespaciais.

No contexto de montagem, desenvolvimento temático e calibragem dos conteúdos – que afinal evidencia o caráter *articulador* da atividade extensionista – três são as perguntas sobre as quais o Observatório de Política Urbana/ PUC Minas vem se debruçando tanto no esforço da explicitação de seus princípios quanto na crítica da própria participação no projeto para governança democrática na RMBH, a saber:

- em primeiro lugar, de que modo o debate concernente aos *arranjos institucionais* que regulam a relação poder público/sociedade opera para a *educação política* dos diferentes grupos sociais envolvidos?
- em segundo lugar, considerado o sentido estrito do termo “democracia”, e diante dos dilemas urbanos, até que ponto a *gestão democrática de uma grande cidade* efetivamente fortalece o *controle social sobre o poder público*?
- e, finalmente, de que forma a *agenda da governança compartilhada* permite consolidar os *espaços de articulação autônoma* da sociedade?

Na passagem dos anos 1980 para os 1990 a universidade brasileira deu um passo decisivo para a ressignificação de seu papel, função e identidade, quando, em 1987, constituiu-se o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Esse fórum definiu a extensão como *processo e articulação* que tornam efetivos a relação, que se deseja transformadora, entre universidade e sociedade. Esse ponto de partida foi de tal alcance que passou a fomentar o debate acerca da elaboração das políticas extensionistas das instituições de ensino, bem como da própria concepção de extensão universitária, na medida em que exigiu que a universidade retomasse a discussão concernente à sua função social, colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim.²

2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), [Lei nº 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43], estabelece que as IES têm como fim promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em 1999, fundou-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc). A criação desse fórum, que incluiu a PUC Minas, veio estabelecer uma cultura de extensão desenvolvida em atividades voltadas à erradicação de pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças. As estratégias para fortalecer tal cultura valeram-se da adoção de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar, que contribuisse para pensar os problemas sociais, tendo como meta aprimorar a qualidade de vida das populações local e regional.

É nesse sentido que, dedicada à ação ocupada com a inclusão social e a efetivação dos direitos humanos, a extensão se concebe como *processo*; atividade acadêmica interdisciplinar, teórica e prática, que se realiza tanto por meio da seleção e encaminhamento de demandas externas quanto pela elaboração interna de questões que merecem ser exploradas via reflexão e em viés dialógico.

Em se tratando especificamente da PUC Minas, por meio de suas *política e prática extensionistas* voltadas à *questão urbana*, o Opur vem discutindo em que medida esses novos arranjos colaborativos, de escalas múltiplas e natureza diversa, instituídos pelo Estado, reverberam em *formas renovadas de participação cidadã*.

Os artigos que se apresentam neste Caderno refletem a produção de professores, pesquisadores e estudantes vinculados ao Opur e outros núcleos da pró-reitoria de extensão relativa à temática urbana e práticas sócio-espaciais. Todos os textos foram desenvolvidos no período entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, e cada um deles estabeleceu como horizonte de argumentação a apresentação de uma atividade, projeto ou programa de extensão com vistas a consolidar a discussão pública sobre a natureza e o alcance das atividades de extensão não apenas no âmbito da sociedade civil, mas sobretudo remeter tal discussão ao cotidiano de professores, alunos, técnicos e pesquisadores de nossa universidade. São artigos valorosos, construídos cuidadosamente e que, certamente, permitirão a todos uma muito boa experiência de leitura.

